

Ata número dois Assembleia de Freguesia de Nogueira, Fraião e Lamações para o  
mandato 2013 – 2017

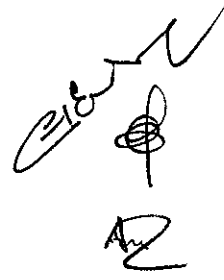
Aos vinte e sete dias do mês de dezembro de dois mil e treze, no salão polivalente da sede da junta de freguesia de Nogueira, Fraião e Lamações, localizada na Rua do Agrelo número dezassete, decorreu pelas vinte e uma horas e trinta minutos a primeira assembleia ordinária da Assembleia de Freguesia (AF) de Nogueira, Fraião e Lamações correspondente ao quadriénio dois mil e treze, dois mil e dezassete. A reunião foi presidida por Carlos Dourado, presidente da mesa da assembleia de freguesia, contou com a presença de todos os deputados eleitos das bancadas da coligação Juntos por Braga (JPB), Partido Socialista (PS), Coligação Democrática Unitária (CDU) e Cidadania em Movimento (CEM) estando André Matos presente em substituição da deputada Lúcia Rodrigues que tinha justificado a sua ausência junto da Mesa da Assembleia de Freguesia. Na Assembleia estiveram ainda presentes os cinco elementos que compõem o executivo da freguesia. A Assembleia contou com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciação, discussão e votação do orçamento previsional relativo ao ano 2013, no período de trinta de setembro a trinta e um de dezembro;
2. Apreciação, discussão e votação do Regimento da Assembleia de Freguesia de Nogueira, Fraião e Lamações;
3. Outros assuntos.

Carlos Dourado, Presidente da Assembleia de Freguesia, deu início à sessão ordinária questionando os deputados sobre se queriam intervir no período antes da ordem de trabalhos. Os deputados Teresa Ferreira e José Manso, deputados socialistas, inscreveram-se para usarem da palavra.

Teresa Ferreira, deputada socialista, solicitou o uso da palavra antes de se iniciar a ordem do dia, para apresentar, em nome da bancada do PS, a seguinte recomendação: «considerando o gesto da carta registada com aviso de receção um formalismo, conforme a legislação em vigor que permite o envio de convocatórias por via correio electrónico, sendo que todos devem comunicar que receberam o email». A recomendação apresentada pela bancada corresponde ao anexo número um.

O executivo sugeriu o mesmo procedimento tendo o mesmo disponibilizado na hora a autorização que foi assinada por cada um dos deputados para que tal fosse possível. No documento estava contida a aceitação para receber as comunicações por via eletrónica. Goreti Machado, presidente do executivo da freguesia de Nogueira, Fraião e Lamações, usou da palavra para referir que tal procedimento não foi feito para a primeira sessão ordinária do órgão por ausência de autorização dos deputados. A recomendação socialista foi levada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade,



seguindo-se a assinatura do documento de autorização por cada um dos integrantes da Assembleia de Freguesia.

José Manso, deputado eleito pelo partido socialista, solicitou a palavra, tendo o presidente autorizado a intervenção, de forma a pedir alguns esclarecimentos face à ordem de trabalhos, em especial a ausência do ponto de discussão do orçamento para o ano de 2014.

O Executivo pediu ao Presidente da Assembleia de Freguesia para responder diretamente à questão. O Presidente da Assembleia deu a palavra a Presidente da Junta que informou que seria apresentado o orçamento e o plano de atividades até abril de 2014, justificando a ausência do documento na sessão em resultado da falta de comunicação da Câmara Municipal de Braga (CMBraga), relativamente ao orçamento e também à complexa reorganização da união de freguesias que tem sido bastante trabalhosa e como tal requer muito tempo para se poder realizar o reconhecimento das três freguesias. Visto que a lei o permite, a proposta de orçamento será realizada e apresentada à Assembleia de Freguesia em tempo útil. Na intervenção, Goreti Machado sublinhou que a decisão do executivo foi comunicada ao presidente da Assembleia de Freguesia e que a assembleia com o presente conteúdo seria realizada em fevereiro.

O Deputado do PS refere que a lei não foi bem interpretada pelo executivo e leu o ponto da legislação acerca do assunto, afirmando ainda que há juntas de freguesia a realizar assembleias, em que apresentam o orçamento e o plano de atividades e que se a Câmara deu informação a essas juntas também deveria ter dado para esta assembleia.

O Presidente da Assembleia referiu que era apologista de orçamentos retificativos. O deputado José Manso interveio, afirmando que por norma quando não há factos concretos, há previsionais, ou então regem-se pela metodologia do ano anterior tal como consta na lei. Afirmou que entende haver dificuldades, mas que havia sido demonstrada falta de humildade. O Presidente da Assembleia referiu ser razoável apresentar um documento o mais real possível. O deputado José Manso declarou não aceitar a desculpa apresentada pela Presidente da Junta, que tomou a palavra e informou que iria enviar a legislação aos deputados do PS para a poderem avaliar.

O tesoureiro João Marques tomou a palavra, informando que na situação apresentada era aplicável na lei nº 169/99 de dezoito de setembro.

O deputado André Matos interveio colocando a questão de como iria o executivo funcionar durante estes dois meses, até ser aprovado o orçamento. O tesoureiro João Marques respondeu à questão, afirmando que o executivo iria funcionar por

duodécimos, informou que a lei permitia que as juntas funcionassem de forma independente, contudo se fosse realizada uma leitura mais atenta teria que se realizar uma agregação dos orçamentos. O deputado ficou esclarecido.

O Presidente da Assembleia passou ao primeiro ponto da ordem de trabalhos. O deputado do PS, Alberto Afonso interveio afirmando ter recebido a convocatória mas não a restante documentação. O Presidente da Assembleia referiu que faltava o aviso de receção do deputado Afonso e que iria averiguar o sucedido.

Inscreveram-se para efetuar intervenção os deputados José Manso, André Matos e Bárbara Barros.

O deputado José Manso afirmou que a resposta dada pelo tesoureiro ao deputado André Matos não era aceitável, pois deve haver junção dos saldos dos orçamentos. O que dizem as recomendações é que o orçamento deve ser o somatório dos três orçamentos, referindo que não será fácil a tarefa da apresentação das contas, pois terão que somar nessa altura sendo assim dois trabalhos, sendo mais fácil se houvesse um orçamento apresentado. Afirmou que, de acordo com o bom senso e a lei junto com o orçamento deve ser apresentado um relatório, referindo que pertencia ao antigo executivo de Nogueira, mas não de Fraião e Lamações e como tal não conhece a realidade das contas dessas freguesias, referiu ainda a assunção dos compromissos que não foi apresentada. Relativamente ao conteúdo do orçamento, questionou o que é o abono para falhas, expondo que achava referir-se aos correios. Referiu que do ponto de vista global acha o orçamento excessivamente discriminado, o que irá trazer complicações e dificuldades futuramente. Descrimina algumas percentagens e algumas dúvidas, nomeadamente a rubrica saco, na rubrica outros/diversos, que abrange 25% do orçamento, e que o total das despesas de capital corresponde a 36% do total do orçamento de despesa. Sublinhou a necessidade do relatório, que respondia a todas estas questões.

A Presidente de Junta interveio, referindo que não era possível o tesoureiro responder a todas as questões, o Presidente da Assembleia pediu ao deputado para concretizar mais, o deputado concordou e pediu esclarecimentos às questões até então colocadas.

O Tesoureiro passou a explicar que quem manuseia dinheiro deve ter um abono para falhas, conforme o previsto na lei sublinhando que esta prática já existia na freguesia de Fraião e Lamações, apenas em Nogueira tal não existia e que esse valor seria pago com retroativos. Referiu que entre vinte nove de setembro e trinta e um de dezembro é responsabilidade do presente executivo, antes dessa data, é da responsabilidade do anterior executivo a apresentação de contas, e que é apresentado o orçamento remanescente, que é o que a lei obriga. Relativamente à assunção de compromissos referiu que é uma obrigação ter contratos mensais como da luz, da água, telefone, que

tem de ser apresentadas à assembleia e que não podem simplesmente terminar em 31 de Dezembro. Relativamente ao excesso de discriminação do orçamento foi no sentido de haver a maior transparência possível, onde o dinheiro é gasto e quais as receitas, sendo que não pensou que isso iria suscitar tanta complicação, referindo que, dado a quantidade de perguntas, não conseguiriam responder a todas as dúvidas apresentadas pelo deputado. O deputado afirmou que está esclarecido.

O Presidente da Assembleia deu palavra ao deputado André Matos, que referiu a página dois, relativo a despesas, de forma a saber para que é utilizado o gasóleo e ainda o dinheiro gasto em material de limpeza para a escola de Fraião.

O tesoureiro referiu que o gasóleo é para as viaturas da freguesia, desde o transporte das refeições escolares, dado que Nogueira tem um contrato efectuado com a empresa que fornece a escola, existe ainda a necessidade de deslocação de funcionários da junta, como por exemplo o cantoneiro.

Relativamente ao valor de limpeza é o valor remanescente, logo está disponível o valor de mil e seiscentos euros para um ano, contudo o dinheiro não foi gasto. O deputado André Matos referiu que é um exagero para uma escola com quatro salas um valor tão alto, apontou outra questão relativamente ao pagamento da água da sede e se esta pertence à junta de freguesia.

O tesoureiro explanou que existe uma loja social que pertence à junta de freguesia e que existem habitações sociais. Nesse momento a deputada Bárbara Barros questionou as habitações sociais em Fraião de forma a saber a sua localização, quantas famílias são e o porquê de estarem à responsabilidade da junta; relativamente à rubrica pavilhões pediu a especificação de que pavilhões se tratam nas receitas apresentadas, perguntou ainda que associações sem fins lucrativos a que se referem, e na rubrica outros a que subsídios de famílias se referem. Ainda referiu as despesas de capital e de investimento. Concorda com a discriminação do orçamento, pois quanto mais discriminado mais transparente.

O Presidente da Assembleia passou a palavra à Presidente de Junta, que relativamente às habitações sociais de Fraião referiu que estas foram construídas com a indemnização que o Carrefour pagou à junta. A loja social encontra-se ao serviço da freguesia, denominando-se "atelier das trocas" no qual qualquer pessoa da freguesia pode levar um material que não precisa e traz em troca algo que precisa, a outra loja está a ser utilizada pela Associação Recreativa de Fraião.

A Presidente da junta passou então a palavra ao tesoureiro, que esclareceu relativamente às Associações: em Nogueira existem associações como a ASCODENO, assim como as escolas que recebem donativos. Relativamente a Fraião, constam os

Escuteiros, a Associação de Solidariedade Social de S. Tiago de Fraião, a Associação Social Recreativa. Constan ainda os bombeiros voluntários, entre outros.

A questão dos subsídios de famílias referem-se aos POC, como medidas ativas de emprego, sendo que é obrigatório enquadrar nessa rubrica. Relativamente às construções diversas, o que estava orçamentado em Nogueira e Lamações era a reparação das sedes da junta de freguesia, assim como as escolas e jardins-de-infância.

Relativamente aos pavilhões, existe um horário a ser explorado através de um protocolo informal, ao que o deputado José Manso interveio, referindo que não era informal pois o protocolo tem renovação.

Foi realizada a votação do primeiro ponto da ordem de trabalhos, que foi aprovada com 6 votos a favor da Coligação Juntos por Braga, e 7 abstenções (5 votos do PS, 1 voto da CDU e 1 voto do CEM).

O deputado José Manso fez uma declaração de voto, referindo que não existem condições para a realização da votação, não concordando com o critério presente na proposta daí abster-se.

O Presidente da Assembleia passou para o segundo ponto da ordem de trabalho. Inscreveram-se para efetuar intervenção os deputados José Manso, André Matos e Bárbara Barros.

O deputado José Manso regista com agrado o pedido de contributos, contudo o prazo era curto e refere que não teve tempo para dar algum contributo. Afirmou ter recebido o documento via correio electrónico no dia dazoito e que o prazo para apresentar contributos era no dia vinte e como tal não houve tempo. Relativamente à substância, acha que houve um copy-past da lei e repetições, refere que a nomenclatura utilizada deve ser cuidada, pois ou se refere a freguesia ou a freguesias, e que deve ser corrigido. A título de conteúdo global não coloca em causa, mas refere que deve haver um subtítulo e não tem. No artigo 18º, nº 1, o preenchimento de vagas é repetição, pois o artigo 19º explica tudo e portanto o artigo 18º deveria ser retirado.

Relativamente ao período prévio e período antes da ordem do dia acha que o conteúdo é o mesmo, pelo que o primeiro deveria ser enquadrado no segundo. A Presidente de Junta intervém, afirmando que são pontos diferentes. O deputado José Manso afirma que não quer anular o conteúdo do artigo 18º, mas antes que esse conteúdo deveria estar no período antes da ordem do dia. Questiona que na proposta do regimento, antes da ordem do dia são propostos 40 minutos, no artigo 28º e 60 minutos, no artigo 52º. Relativamente ao período total de 15 minutos, questiona se se refere a ordem de trabalhos ou por cada ponto de trabalho.

O tesoureiro responde que o período máximo é 60 minutos, e que 40 minutos é opção. O deputado José Manso afirmou que não conseguem admitir uma falha e que se está a dirigir ao Presidente da Assembleia, referindo ainda outra questão, que no artigo 32º, no uso da palavra para exercer o direito de defesa não está defesa de honra, e que deve constar: direito de defesa de honra. Refere que acha bem, que o artigo 33º refira a ausência justificada durante a reunião, pois existem abusos. Afirma que houve um *copy - paste* da lei número 75/2013, de 12 de setembro no regimento. No artigo 50º, não concorda com os dois terços, mas sim com a unanimidade.

O Presidente da Assembleia explana que no artigo 52º, os 60 minutos se referem à duração máxima e que no outro artigo se refere à duração habitual de 40 minutos, sendo que um não invalida o outro.

A deputada Bárbara louvou a possibilidade de apresentar propostas contudo não teve o tempo necessário para o poder fazer, refere ainda que acha que o regimento se pode colar à lei. No Artigo 17º nos motivos de suspensão propôs acrescentar como alínea d) : atividade profissional inadiável. Refere que a intervenção do público, que consta no artigo 29º, não têm referência se será no início, se no final da assembleia e propôs que essa intervenção fosse no início pela flexibilidade, caso haja mais ou menos intervenções.

O Presidente da Assembleia deu a palavra à Presidente da Junta, que afirmou concordar com a deputada Bárbara, em que a intervenção do público seja no início da assembleia. O deputado André Matos interveio referindo que concorda com a proposta. Sublinhou ainda que sendo a junta um organismo público esta deve seguir o acordo ortográfico, quer concordem com ele quer não, devem aplica-lo. Relativamente à convocatória por correio electrónico, deve constar no regimento que será este o meio de comunicação.

O tesoureiro tomou a palavra para esclarecer que a convocatória por correio electrónico não consta na lei, seria assumido com a documentação assinada a dar a autorização, logo não pode constar no regimento.

O Presidente da Assembleia passa para o ponto proposto pelo PS, em que no artigo 18º, ponto 1, não devem falar em 30 dias, a deputada Bárbara interveio referindo que fazia todo o sentido.

O Presidente da Assembleia afirma que o regimento se enquadra na lei, relativamente ao ponto apresentado pelo deputado André Matos foi esclarecido e ainda que iria retificar a lei 169/99 de 18 de setembro, embora ninguém tivesse referido esse ponto, e que havia duas propostas interessantes, por parte da deputada Bárbara Barros, que foi a inclusão no artigo 17º da alínea D, procedendo à votação que resultou em

aprovação por unanimidade; e ainda no artigo 29º a intervenção do público ser no início da assembleia, procedendo à votação: sendo aprovado por unanimidade. Passou então à votação do ponto nº 2 da ordem de trabalho: sendo aprovado por unanimidade.

A Presidente da Junta interveio, pedindo que os dois pontos da ordem de trabalho fossem aprovados em minuta, sendo então aprovado em minuta.

No ponto número três da ordem de trabalhos – Outros Assuntos - o Presidente da Assembleia deu palavra à Presidente de Junta, tendo sido dadas algumas informações: a obra em curso do executivo anterior, na Travessa Vila Nova existiam alguns erros no projeto que estavam a ser corrigidos; as obras na rua do Barral não serão efetuadas já, pois não foram contactados os proprietários e por ordem da Câmara foi suspensa; unificou-se a parte administrativa das três juntas de freguesia e criou-se um site unificado, que será tornado público em breve; foram realizadas obras na Rua do Pregal, substituídas as condutas pela Agere; foi substituída a sinalética em Fraião, que será igualmente substituída em Lamações e Nogueira; foi realizado um almoço de Natal agregando as três freguesias; foram realizadas obras na Escola de Fraião e estão em curso na Escola de Nogueira.

O deputado André Matos refere a situação do mapa da freguesia, o problema surgido nos censos de 2001, sendo que a zona nova de Lamações foi atribuída a S. Vitor, nunca se colocou grande problema pois contava apenas para estatística, contudo existem famílias recenseadas residentes, sendo eleitores em Freguesias diferentes, a deputada Anabela afirmou ser um desses casos.

A Presidente de Junta afirmou que fará o que estiver ao seu alcance para resolver a situação, e que houve ainda uma parte de Nogueira atribuída a S. Lázaro, mas que ainda não tinha dados concretos.

A deputada Anabela referiu que existe um processo em tribunal a correr relativamente à questão de Lamações.

Realizaram inscrição para efetuar intervenção os deputados José Manso, Joana Maciel, Afonso e Francisco Ferreira.

O Presidente da Assembleia sugeriu que elessem um porta-voz para a próxima Assembleia, ao que o deputado Manso respondeu que não era possível pois representavam diferentes freguesias.

A deputada Joana Maciel questionou para quando serão as obras no cemitério de Lamações; relativamente ao almoço dos idosos de Natal, que acontecia em Lamações e que iam vários idosos da freguesia, considera que a Freguesia foi prejudicada pois só

foram vinte cinco idosos e que muitos nem sequer receberam convite e de que forma os convites foram realizados.

A Presidente da Junta respondeu que as obras do cemitério de Lamações serão realizadas após estudo mais aprofundado, pois iriam ser realizadas obras mais superficiais, contudo havia outra hipótese em ordem a beneficiar o cemitério, e que seria muito em breve. A deputada Joana questionou quanto tempo exatamente, ao que a presidente de junta respondeu que essa informação iria constar no plano de atividades e que não trabalham sob pressão e que havia viabilidade de realizar obras que iriam beneficiar o cemitério de Lamações. A deputada Joana interveio referindo que a verba estava atribuída há muito tempo. A Presidente de junta sublinhou que não queria referir essa questão mas que essas verbas foram atribuídas em campanha eleitoral, e que a câmara nunca libertou as verbas para efetuar as obras, ao que a deputada Joana referiu que as obras no cemitério são uma prioridade, e que mesmo na questão da alteração de moradas sempre concordaram a cem por cento com a oposição.

O tesoureiro interveio referindo que independentemente dos gostos pessoais existia um processo burocrático e que isso exigia tempo, o que condiciona um pouco o início das obras. O secretário da junta, Fernando, afirmou que existe a necessidade de falarem com alguns familiares pois haviam campas que teriam de ser mexidas e como tal necessitam de autorização dos familiares.

A Presidente de Junta pediu esclarecimento ao secretário relativamente aos convites do almoço de natal, se efetuavam convites particulares não tinha conhecimento disso, ao que Fernando respondeu que sempre se colocou um edital na junta de freguesia, assim como foi desta vez. A Presidente de Junta afirmou que não pode ter um comportamento diferente para cada freguesia, que tinha de criar condições para unir as três freguesias. Referiu que os deputados não apareceram porque não quiseram pois haviam sido convidados. Os deputados do PS não concordaram com a expressão “ não foram porque não quiseram” sublinhando que não compareceram no almoço porque não havia sido possível. A Presidente de Junta sublinhou que as pessoas que se encontravam no almoço afirmaram que era benéfico juntar as pessoas das diferentes freguesias. Fernando Peixoto referiu que sempre houve transporte para as pessoas no almoço, quando questionado pela deputada Joana Maciel, e que o seu funcionamento era de acordo com as inscrições efetuadas na junta. O Presidente da Assembleia salientou que havia transporte e que as pessoas da freguesia não foram porque optaram não ir.

O deputado Francisco Ferreira perguntou se já não havia jardineiro ou empregado de limpeza da Agere, pois não tem sido visto ninguém. O tesoureiro respondeu que



quando o executivo tomou posse só havia um funcionário da Agere, tendo sido interrompido pelo deputado Francisco, que afirmou serem dois funcionários, ao que o tesoureiro respondeu que só tinha conhecimento de um, informação dada pelo engenheiro Júlio Fernandes, em que o varredor do estádio 1º de Maio era utilizado como reforço, e que o funcionário afeto a Nogueira se encontra com uma incapacidade de 40%. Sublinhou ainda que pediram uma reunião na Agere para resolver a situação, e que seria enviada uma brigada de limpeza, contudo será adstrito à freguesia um determinado número de varredores e que cada funcionário terá uma rua atribuída. Referiu ainda que o funcionário em questão esteve seis meses de baixa.

O deputado Alberto Afonso referiu-se as obras da escola de Fraião e congratulou o actual executivo pelo arranque das mesmas. A Presidente da Junta realizou o convite ao deputado de ir visitar a escola para visualizar as obras e que o acompanharia. O deputado agradeceu e referiu que existia um espaço pavimentado entre a casa do Sr. Urbano e o Engenheiro Filipe, se era possível colocar uma vedação. A Presidente de Junta referiu que já existia um estudo efectuado e que durante o ano de 2014 este espaço será arranjado.

O deputado Alberto Afonso questiona se o subsídio aos escuteiros de Fraião tinha sido cortado, ao que a Presidente de Junta respondeu que os subsídios ainda não haviam sido atribuídos a ninguém e que se encontra em orçamento 300€ para os escuteiros. Relativamente à questão colocada pelo deputado sobre os fontanários, a Presidente de junta respondeu que já existia um projeto para reabilitar os fontanários de Fraião, assim como de Nogueira.

O deputado José Manso, referiu o aspeto formal do terceiro ponto e que este não deveria estar com "outros assuntos" mas sim "informações da Presidente".

A Presidente de Junta respondeu que não tem justificação e que foi falha sua não realizar por escrito as atividades da junta, a que o deputado Manso sugeriu que deveria ter o título de "Informações".

Relativamente à limpeza, o deputado socialista refere que teve de limpar a rua em frente à sua casa e convidou o executivo a visitar a Rua das Tílias, onde procedeu à limpeza com outros vizinhos e que entretanto a rua nunca mais foi limpa. Referiu que o Sr. Silva como funcionário da Junta ia a essa rua limpar as folhas e que desde a tomada de posse isso nunca mais aconteceu. Mencionou o processo de extinção das freguesias e que não gostou da remoção do cartaz na tomada de posse. Tendo criticado também o facto de aquando da realização do magusto a imprensa fazer referência à junta de freguesia de Fraião, não havendo nenhum desmentido por parte do executivo a afirmar que o mesmo se realizaria no pólo um da Freguesia de Nogueira, Fraião e Lamações localizado em Fraião. Referiu a ausência do brasão de

Nogueira. António Machado, vogal do executivo, referiu que a bandeira continuou hasteada na junta de freguesia de Nogueira e que deveria estar.

O deputado José Manso congratula o executivo pelos eventos realizados e questiona qual o custo do almoço de natal dos idosos, questionando relativamente ao critério utilizado para os convidados, e ainda qual o custo do atelier das trocas antes mencionado.

O tesoureiro explicou que o processo não é fácil, relativamente aos símbolos e a sua assimilação, a situação de Fraião foi detetada e foi retirado o Brasão, entretanto a bandeira de Nogueira não foi retirada por motivos técnicos. Relativamente ao almoço dos idosos, afirmou que logicamente teve um custo, embora houvesse ajudas significativas, contudo o custo total não havia sido apurado. Relativamente à Rua das Tílias e à sua limpeza, disse que a cobertura da área geográfica é muito extensa.

O presidente da Assembleia sublinhou que o almoço de natal dos idosos não era uma questão política, mas sim humana.

O tesoureiro afirma ter reunido um grupo de voluntários na escola EB 2,3 de Nogueira para servir o almoço e que as pessoas convidadas para tal efeito ficaram a almoçar.

A deputada Joana Maciel entregou à mesa um documento, com um pedido de informações. António Machado refere que não é oportuno, e que este pedido deveria ser entregue antes da ordem de trabalhos, ao que Presidente de junta corroborou que este tipo de pedido deve ser efetuado antes da ordem de trabalhos.

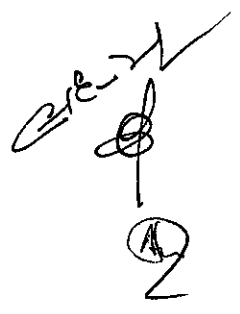
O deputado André Matos interveio referindo que não é a junta de freguesia que determina ou manda na Assembleia, muito menos questiona.

O deputado José Manso afirmou que se não houvesse um ponto com “outros assuntos” teriam apresentado antes da ordem de trabalhos, mas havendo o pedido foi apresentado como tal. Sublinha que na próxima Assembleia qualquer documento seria entregue antes da ordem de trabalho.

O Presidente da Assembleia aceitou o documento e disse que o irá entregar ao Executivo para que este preste o devido esclarecimento, ao que o tesoureiro respondeu que o mesmo iria ser dado em tempo oportuno.

Carlos Dourado permitiu a inscrição do público para intervenção referindo que na próxima Assembleia esta teria lugar no início da sessão. Manuel Marques, António Pereira e Álvaro Oliveira foram os inscritos.

Manuel Marques questionou o que terá levado o anterior Executivo de Nogueira a adjudicar a obra do Barral, e que durante cinco anos armazenaram o busto do padre



Manuel da Silva, questionando o actual Executivo sobre o que pretende fazer em relação ao assunto exposto.

O deputado José Manso interveio referindo que estamos numa Assembleia do presente mandato e não do anterior e como tal não devem ser colocadas questões ao anterior executivo tendo em conta que até poderia não estar presente nenhum membro desse executivo, pedindo ao Presidente da Assembleia que não fosse permitido colocar essas questões. O Presidente da Assembleia informou que não pode impedir ninguém de colocar as suas questões.

Manuel Marques sublinhou que colocou uma questão ao presente executivo e que pretendia ouvir a resposta.

A Presidente da Junta respondeu que o atual executivo pretendia que a câmara esclarecesse a questão e que esta havia pedido ao anterior executivo um ponto de situação e que este nunca havia respondido, dizendo que a Presidente deve tomar as diligências necessárias para continuar a obra, no caso das expropriações dos proprietários. Goreti Machado informou que foi realizado um aditamento relativo às expropriações, mas que entretanto este se evaporou.

António Pereira perguntou pelas coberturas das paragens dos autocarros e o que irá fazer o actual executivo relativamente à construção já solicitada de uma rotunda na zona do Recheio, na Estrada Nacional 101, pedindo também informações relativas à limpeza da Rua do Monte em Nogueira. Outro dos assuntos abordados por António Pereira prendeu-se com as vedações junto ao depósito de água em Lamações, por estar em tempos de chuva enlameado. Relativamente à parte social, questionou sobre que o executivo pretende fazer às crianças que vão para a escola sem tomar o pequeno-almoço. Por fim, referiu ainda que os fontanários em Nogueira foram efetivamente reconstruídos mas que ainda lhes falta a água.

A Presidente de Junta usou da palavra informando que se dizia que existiam dois abrigos, que deveriam ter sido colocados em campanha eleitoral pelo antigo executivo de Nogueira, contudo este executivo irá colocar três abrigos e ainda que o horário dos autocarros iria ser ajustado, dado que havia um autocarro que parava na Fonte Seca à espera de cumprir horas para seguir o trajeto. Relativamente à rotunda, será um assunto a ser tratado na primeira semana de janeiro, inclusive já existe um ofício relativamente à sinalética; no que toca à questão das limpezas informou que a acumulação de lixo é anterior a vinte e nove de setembro, culminando com a queda da folha mais evidente nesta altura dada a sua acumulação. Enquanto em Fraião existe um mapa para o varredor de ruas em Nogueira é inexistente, o que dificulta mais a situação.

Relativamente aos carenciados na Freguesia, foi contactada a Assistente Social da escola EB2,3 de Nogueira que afirmou que a ajuda às famílias carenciadas estava assegurada, sendo que a presente Junta pretende reunir com todas as associações que prestam auxílios às famílias carenciadas para que não hajam famílias a receber de duas associações e famílias sem ajuda nenhuma. A Presidente terminou afirmando que está atenta e que a Junta tem consciência das dificuldades da Freguesia. No que concerne aos fontanários foi informado no primeiro ponto da ordem de trabalhos que já foi contactado alguém para verificar o que se passa com a água.

O tesoureiro explicou que o que aconteceu no caminho que liga à igreja de Nogueira foi resultado das chuvas intensas, tendo contactado a Câmara Municipal de Braga que informou que o empreiteiro de gás natural iria ser notificado, sendo da sua responsabilidade a resolução do problema.

Álvaro Oliveira afirmou estar surpreendido com a preocupação manifestada com a limpeza da Freguesia, visto ter um problema com roedores em sua casa, assim como vários vizinhos.

A Presidente de Junta desejou a todos os membros da Assembleia de Freguesia e à população um ano de 2014 com muita paz, saúde e alegria, agradecendo a presença da população.

O presidente da Assembleia de Freguesia aproveitou a ocasião para desejar a todos os presentes votos de um feliz 2014.

Nada mais havendo a tratar, o presidente da Assembleia de Freguesia deu por terminada a sessão da qual resulta a presente acta, que depois de lida será assinada pela mesa.

Presidente da Assembleia de Freguesia: Carlos Guerin Demarado Porteira Neto

Primeira Secretária: Graciete Ribeiro

Segunda Secretária: João David Pereira